

O discurso brizolista e a cultura política carioca

The Discourse of Brizolismo and the Political Culture of Rio de Janeiro

JOÃO TRAJANO SENTO-SÉ

Depto de Ciências Sociais da UERJ

RESUMO O artigo sumariza alguns traços do que se convencionou chamar de brizolismo. A partir da identificação de alguns recursos simbólicos e de estruturas retóricas recorrentemente acionadas pelo discurso brizolista, o autor procura evidenciar que muito do prestígio alcançado por Leonel Brizola na política carioca e fluminense, durante os anos 1980 e 1990, está relacionado a sua capacidade de tocar em aspectos centrais da cultura política da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chaves Cultura política; nacionalismo; liderança política; esfera pública.

ABSTRACT This article summarizes aspects of what has been conventionally called *Brizolismo*. Starting from the identification of certain symbolic resources and rhetorical structures recurrently resorted to by the discourse of *Brizolismo*, the author attempts to show that much of the prestige attained by Leonel Brizola in the politics of the city and state of Rio de Janeiro during the years 1980 and 1990 is related to his ability to touch on central aspects of the political culture of the city of Rio de Janeiro

Key words political culture, nationalism, political leadership, public sphere

Apresentação

Uma lista parcial e incompleta dos adjetivos utilizados para qualificar a atuação política de Leonel Brizola, nas décadas de 1980 e 1990, seria suficiente para preencher o espaço destinado a um longo artigo. Se fosse possível encontrar uma forma de expressão gráfica para a intensidade com que cada um dos adjetivos foi esgrimido, algumas prateleiras de livros seriam preenchidas. Ao longo desses anos, a ascensão de Brizola marcou profundamente a vida política fluminense, em geral, e carioca, em particular. Ainda hoje, vinte e quatro anos após seu retorno do exílio, quando seu cacife eleitoral parece inapelavelmente comprometido, há a impressão de que sua imagem paira no campo político carioca, como se seu enfraquecimento impusesse uma espécie de vacuidade de lideranças. Isso porque, durante duas décadas, a política carioca girou em torno dos movimentos de Brizola, galvanizando um padrão de debates em que as intervenções eram organizadas em função do posicionamento que assumiam em relação a ele.

Esse padrão possivelmente ficará perdido na história. Com o passar do tempo, gerações futuras herdarão as informações sobre os desempenhos eleitorais, os componentes discursivos de alguns atores de maior destaque, os conflitos mais renhidos entre Brizola e seus adversários. A intensidade com que paixões foram mobilizadas, no entanto, não é passível de qualquer registro que lhe salve do esquecimento. Foi, contudo, o poder de acionar reações intensas, favoráveis ou não, que fez de Brizola uma liderança tão singular. Foi daí que a palavra brizolismo passou a circular, durante duas décadas, nas discussões públicas como expressão pretensamente descritiva de uma certa modalidade de atuação política no Rio de Janeiro.

No presente artigo, destaco alguns dos componentes do discurso brizolista¹, vale dizer, da rede de símbolos e imagens articulada na arena pública que conferiu sentido à adesão a Brizola como líder político no Rio de Janeiro nas décadas de 1980 e de 1990. Procuro evidenciar que mais do que a mera adesão a um líder carismático, associar-se ao discurso brizolista representou o endosso a um conjunto de valores, a práticas retóricas e políticas, a modos de narrar a história republicana brasileira. Se é assim, o discurso brizolista não deve ser entendido apenas como aquele, enunciado por Brizola. Trata-se de uma composição de que muitos atores, a maioria de forma absolutamente anônima, tomaram

¹ Cabe, desde logo, uma diferenciação entre brizolismo e discurso brizolista. O brizolismo abarca tanto os discursos brizolistas quanto aqueles que se caracterizaram como anti-brizolistas, referindo-se, portanto, ao campo de disputa de significados sobre Brizola e aquilo que ele representou. O discurso brizolista faz parte desse conjunto que o ultrapassa. Para uma discussão mais cuidadosa sobre o sentido de cada um dos dois termos, ver Sento-Sé (1999).

parte. Parto da hipótese segundo a qual a investigação dos componentes desse discurso pode oferecer pistas promissoras sobre aquilo que, de forma ampla e um tanto descuidada, podemos chamar de cultura política do Rio de Janeiro, nas duas últimas décadas do século XX.

O fato de ter alcançado tamanha expressão no Rio de Janeiro, por um lado, indica a relevância política de Brizola e dos símbolos mobilizados em torno dele. Por outro lado, a ênfase no tempo e no espaço a que está circunscrito o objeto de análise revela o fracasso de uma iniciativa política mais ambiciosa. Originalmente, o discurso brizolista é tecido com o intuito de tomar o Brasil; de levar Brizola, através do voto popular, à presidência da República. Como é sabido, tal projeto não foi levado a cabo. Além do Rio de Janeiro, apenas o Rio Grande do Sul acolheu entusiasmamente, com adesões e votos, esse projeto. Partindo do suposto de que o discurso brizolista se configurou de formas diferentes nesses dois grandes centros políticos, circunscrevo a presente análise ao caso do Rio de Janeiro. Destaco, entre os vários componentes do discurso brizolista, a forma como ele constrói uma memória republicana brasileira, os vínculos que firma entre um passado glorioso e um futuro promissor, sua abordagem da ação política e a estética que veicula para a criação de uma identidade nacional. Finalmente, tomando como referência as duas idéias-força que estruturam o discurso brizolista, o nacionalismo e o trabalhismo, levanto algumas hipóteses tentativas sobre o declínio da capacidade de mobilização brizolista, a partir da segunda metade dos anos de 1990.

O vínculo com a história

Desde que o governo Geisel, iniciado em 1974, começou a dar os primeiros indícios de que assumiria uma estratégia de liberalização do regime militar, os atores políticos passaram a se mobilizar para a redefinição das bases de uma nova institucionalidade democrática. Entre os primeiros movimentos que apontaram para a política de liberalização política e a promulgação da nova Constituição, em 1988, não apenas as bases institucionais do novo regime estiveram em jogo. Identidades políticas, filiações a correntes e posicionamentos no espectro que se configurava eram igualmente objetos de disputas. Enfim, simultaneamente aos movimentos mais “substantivos” voltados para a definição do formato institucional que seria adotado, um outro confronto, não menos relevante, se dava no âmbito da competição por símbolos e identidades públicas. Para fins expositivos, tome-se como eixo analítico os esforços de consolidação identitária despendidos pelos partidos que surgem logo após a reforma partidária de 1979.

Como é sabido, após a retomada do sistema pluripartidário, surgem,

inicialmente, seis partidos, dos quais cinco se manteriam atuantes e se apresentariam para a disputa das eleições estaduais em 1982: PMDB, PDS, PTB, PDT e PT. Herdeiro do MDB, a cuja sigla acrescentou apenas o P, exigido pela nova legislação, o PMDB buscou enfatizar a marca que construíra ao longo da década de 1970, sobretudo após as eleições legislativas de 1974: a de oposição ao regime militar. Essa posição fazia com que o partido reclamasse para si o mérito maior pela abertura, o que lhe permitia reivindicar o papel de condutor legítimo do processo de redemocratização. O PMDB era, portanto, um partido relativamente novo, engendrado na própria ditadura, mas identificado como a resistência democrática ao arbítrio, o que houvera de bom durante o regime militar. De oposição consentida, e mesmo funcional, ao regime militar, passara a representar a resistência heróica e destemida, frente ampla dos democratas que defendiam a ação parlamentar como caminho para as transformações de que o Brasil precisava. O PDS, herdeiro da ARENA, apresentava-se como o partido da ordem, como defensor dos valores que supostamente haviam tornado inevitável o movimento de 1964. Embora herdeiro do braço político e civil do regime que estava em vias de exaustão, o PDS, exatamente por ser civil, podia se eximir de responsabilidade pelas ações mais tenebrosas dos governos a que dera suporte político, acionando exclusivamente alguns dos valores caros a parcelas significativas da opinião pública, como a manutenção da ordem, a intransigência para com a subversão e a preservação das instituições e das leis. Era, portanto, também um partido cujas origens se reportavam a um momento relativamente recente da política nacional. A radicalização do novo foi encampada pelo PT. Consolidação, pela via partidária, dos novos movimentos sociais, do novo sindicalismo, da chamada Igreja progressista e de uma nova abordagem para as questões concernentes aos direitos dos trabalhadores, o PT buscou construir sua identidade diferenciando-se das antigas formas de organização sindical e dos partidos que se apresentaram, ao longo da história política brasileira, como representantes dos trabalhadores, a saber, o antigo PTB e o PCB.

A filiação a um passado mais longínquo foi acionada pelos dois partidos trabalhistas: PDT e PTB. Duas siglas disputando uma mesma identidade. A Revolução de 30 é o momento fundador da história a que ambos se reportam. É a retomada desse legado que pauta a identidade que tentam firmar. Da perspectiva trabalhista, é a partir de 1930 que são lançadas no Brasil as bases de um sistema político incorporador, voltado para as classes trabalhadoras e para o desenvolvimento nacional. Tal como é recuperada pelo discurso brizolista, essa história se confunde com a própria instituição do regime republicano no Brasil. Além disso, segundo tal abordagem, o regime de 1945 a 1964 representa o primeiro experimento de democracia de massa no Brasil, época de ouro dos

movimentos sociais, brutalmente interrompida pelas forças políticas conservadoras nativas aliadas ao imperialismo externo. O contraste com o princípio identitário de um partido como o PT, por exemplo, é gritante. Enquanto esse último se constitui como instrumento de superação dos “vícios” do passado, os partidos trabalhistas realçam seus componentes virtuosos.

Rigorosamente, o PDT só surge como partido quando fracassam todos os esforços de composição entre as duas lideranças inconciliáveis que disputavam o legado do trabalhismo brasileiro e Brizola perde a batalha jurídica pela legenda do PTB para Ivete Vargas. Vista retrospectivamente, a derrota jurídica não equivaleu a uma derrota simbólica. Mesmo à ocasião, diversas lideranças de outros partidos reconhecem Brizola como detentor legítimo do legado tão acirradamente disputado pelos antigos trabalhistas. É importante ter em mente que não foi somente o trabalhismo pré 1964 que esteve em disputa e que se colou às imagens de Brizola e daqueles que estavam a seu redor. Também o getulismo, os movimentos populares dos anos anteriores ao golpe militar, a mobilização das massas, a legislação trabalhista, o nacionalismo e uma série de outras bandeiras associadas ao trabalhismo foram resgatadas como marcas de um movimento social e político que se reestruturava partidariamente. Do mesmo modo, a idéia de vitimização estava em jogo. O flagelo e a agonia dos exilados, dos assassinados, dos cassados e perseguidos pelo regime militar eram personificados pela figura que foi considerada publicamente, pelos próprios condutores do regime militar, seu inimigo preferencial.

A filiação ao passado mediante a criação de uma narrativa sobre o Brasil republicano foi uma marca do discurso brizolista. Além disso, foi uma tônica daquilo que veio a se tornar o brizolismo. Tal pertencimento foi repetidamente esgrimido, não somente por brizolistas, mas também por não-brizolistas e anti-brizolistas, já a partir de fins de 1978, quando a lei da anistia ainda era objeto de debates e representantes da chamada linha dura do regime militar advogavam uma anistia seletiva, que excluísse alguns exilados considerados perniciosos e indesejáveis. Evidentemente, os sinais, positivo ou negativo, aduzidos a esse legado, variavam de acordo com o lugar ocupado por aqueles que o enunciavam. A polêmica foi possível em função da ambivalência que atravessava as percepções do período em questão (1930/1964) e das causas que levaram ao golpe militar. São muitas as versões dessa história e as disputas aí envolvidas não se resumem a meras contendas de especialistas. A discussão em torno do brizolismo foi um campo fértil para que essas representações viessem à cena, fazendo com que a filiação ao passado se efetivasse como um componente perene do brizolismo.

Um primeiro aspecto importante para compreendermos a eficácia

da filiação ao trabalhismo, reclamada pelo discurso brizolista, é, evidentemente, de caráter biográfico. Brizola foi, de fato, uma liderança importante do PTB e dos movimentos nacionalistas e populares no final dos anos de 1950 e no início da década posterior. Foi protagonista destacado dos debates que tiveram maior poder de mobilização de massa. Quando governador do Rio Grande do Sul, dramatizou o espírito nacionalista ao encampar duas empresas multinacionais, a ITT e a Bond and Share. Após a renúncia de Jânio Quadros, liderou o movimento de resistência contra as maquinções que pretendiam obstaculizar a posse do vice-presidente João Goulart. Já como deputado federal pelo antigo estado da Guanabara, foi um dos principais articuladores da frente parlamentar nacionalista. Também como deputado federal e virtual candidato à sucessão de Jango, liderou as campanhas pelas reformas de base. Tentou resistir ao golpe militar, em 1964, e, quando esse estava consumado, buscou, já no exílio, criar focos de resistência. Contudo, é pouco provável que esse currículo fosse por si só suficiente para manter o vínculo com o trabalhismo de forma tão consistente, nos anos 1980 e 1990. No processo de criação e consolidação do PDT, entendido como herdeiro legítimo do antigo PTB, vários outros símbolos foram articulados, não somente firmando sua identidade com um passado construído e semantizado positivamente pelo discurso brizolista, como também atualizando-o, de modo a apresentá-lo como base sólida para um futuro venturoso. Um dos mecanismos retóricos utilizados nesse duplo movimento foi a veiculação de três documentos, apresentados como síntese do ideário do novo trabalhismo: a carta-testamento de Vargas, a obra de Alberto Pasqualini e a carta de Lisboa.

Pelo primeiro, reforçava-se o vínculo do novo trabalhismo com o legado varguista, com as conquistas sociais e com a obra política de cunho nacionalista de Getúlio Vargas. Porém, sua eficácia simbólica não esteve somente aí. Dados não somente o tom, mas as circunstâncias em que o documento veio a público, ele acabou por se tornar uma espécie de símbolo do martírio daqueles que conduzem as grandes lutas de libertação, da devoção às grandes causas e da intrepidez daqueles que a elas se dedicam. A referência reiterada à carta-testamento como um documento inspirador reforçava a filiação do novo líder do trabalhismo, Brizola, a uma linhagem de *personas* públicas que, ao fazerem de sua própria vida a história da fundação do espírito republicano brasileiro, enfrentaram o inexorável destino dos grandes heróis, daqueles que sacrificam a própria vida para fazer história. Dessa linhagem, fundada por Vargas, participam também Jango, morto no desterro, longe de sua terra e da gente pela qual também lutara. Brizola, exilado durante uma década e meia, fustigado pelas forças de repressão, apresentava-se como herdeiro desse destino. As alegadas perseguições de que fora objeto

nos anos de autoritarismo, nada mais seriam do que um ônus menor, aceito resolutamente para o cumprimento de sua missão.

É pouco provável que a obra de Alberto Pasqualini seja vastamente conhecida, mesmo entre os mais ciosos, cultos e longevos trabalhistas. As idéias gerais que se encontram em sua obra doutrinária, porém, circularam fartamente nos meios trabalhistas, sobretudo no trabalhismo pós 1979. Principal liderança regional do PTB gaúcho, político de perfil parlamentar que, em várias passagens, entrou em conflito com Vargas, Pasqualini foi alçado à posição de principal formulador teórico do trabalhismo brasileiro. Em seus ensaios e discursos, podemos observar a influência das doutrinas sociais da Igreja, a inspiração do trabalhismo inglês e a aspiração, baseada na crítica ao individualismo liberal, a uma ordem social pautada pela supressão dos conflitos. Dadas a elegância e a clareza de suas exposições, seu compromisso com o destino dos menos favorecidos e a expectativa de fundação de uma sociabilidade sem exploração e miséria, a obra de Pasqualini forneceu um caráter doutrinário ao trabalhismo. Adotada como documento fundador, ela conferiu ao novo trabalhismo um perfil programático geral e um verniz doutrinário fundamentado e razoavelmente sofisticado. Seu tom solidarista guarda alguns pontos em comum com a social-democracia e com os postulados inspiradores do Estado de Bem Estar Social. Com isso, acabou por funcionar, simbolicamente, de diversas maneiras. Por um lado, reforçou o vínculo entre o novo e o antigo trabalhismo, evidenciando que esse último não se limitava ao culto à personalidade e à obra política de Getúlio Vargas. Por outro lado, resgatou a proximidade do antigo trabalhismo à esquerda democrática européia, identificada não somente com o *Labour Party* inglês, mas também com os partidos socialistas e social-democratas. Desse modo, a obra de Pasqualini pode representar uma espécie de ponte entre o antigo contexto em que o trabalhismo surgiu e a nova conjuntura em que ele reaparecia como força legítima de representação dos excluídos.

A carta de Lisboa foi o terceiro documento fundador do novo trabalhismo. O conteúdo do documento e as circunstâncias em que foi produzido conferiram-lhe um peso simbólico bastante significativo. Quando, em meados de 1979, as negociações em torno da promulgação da Lei da Anistia encontravam-se em estado avançado, foi organizado em Lisboa um encontro reunindo trabalhistas exilados em várias partes do mundo e aqueles que estavam radicados no Brasil. Esse evento, realizado sob a chancela do partido socialista português, foi amplamente divulgado no Brasil. Ao fim do encontro, que durou três dias, foi elaborado um documento que lançava as diretrizes que deveriam nortear o novo trabalhismo sob a liderança de Brizola.

A singularidade desse documento está no fato de ser o outro lado da

ponte que ligava o passado (a carta-testamento) ao futuro. Ele funcionou como uma espécie de atualização do trabalhismo pré 1964 e como exposição dos princípios orientadores para a formulação do projeto de futuro para o Brasil. Para tanto, foi fundamental a aproximação de Brizola, em seu período de exílio em Lisboa, à Internacional Socialista, então organizada sob a égide da social-democracia europeia. Tal proximidade tornava a imagem de Brizola compatível com a de um líder moderno e cosmopolita. Temas próprios da chamada nova esquerda europeia, como a defesa dos direitos das minorias e a valorização da democracia formal, foram incorporados à agenda trabalhista, conferindo-lhe um lustro moderno e atualizado. Por essa via, Brizola não era mais apresentado ao público como o líder irredento, adversário das potências internacionais, mas como um democrata sensível ao imperativo da humanização das relações sociais num contexto capitalista.

A alusão reiterada aos três documentos fundadores foi uma marca do novo trabalhismo liderado por Brizola. Dos quadros mais especializados às mais humildes lideranças locais, dos antigos trabalhistas aos jovens militantes socializados na política após o golpe, muitos dos quais auto-exilados ou em franca atuação no Brasil, praticamente todos adotaram em seu discurso político e partidário a referência aos três documentos que conferiram sentido à adesão ao novo trabalhismo e a Brizola, seu líder incontestado. É importante ressaltar que a eficácia simbólica de cada um deles não se resume a seus conteúdos. As circunstâncias em que foram produzidos e as bandeiras a eles associadas foram igualmente cruciais. Fizeram da adesão a Brizola o equivalente ao endosso a uma forma de perceber a ação política e a uma certa narrativa sobre o Brasil. Funcionaram, igualmente, como um mecanismo orientador para a formulação de um projeto compartilhado de futuro para a nação.

Documentos, contudo, são insuficientes para se firmar uma marca, um elemento diferenciador relevante e eficaz no confronto político mais direto. São igualmente precários para a veiculação junto ao grande público daquilo que convencionalmente chamamos de ideologia política. Como fazer tais operações de forma eficiente, direta e compreensível para um público mais amplo, para além das fronteiras partidárias? Como fazê-lo, quando se pretende simultaneamente articular um passado polêmico a um futuro promissor, o tradicional ao moderno? Também para isso, o recurso aos mecanismos de produção simbólica foi crucial e, nesse trabalho, a atuação de Brizola e de seus companheiros foi prodígia. Para tanto, a galhofa foi introduzida como enquadramento do discurso brizolista, de tal forma que uma série de máximas irreverentes invadem a linguagem e as liturgias da política. Com isso, o riso passa a fazer parte do discurso público na geralmente grave e sisuda arena do debate político. Uma das máximas que atestam tal prodigalidade foi o socialismo more-

no, espécie de palavra de ordem, síntese do projeto político-ideológico do nacionalismo brizolista.

O socialismo moreno

O nacionalismo é indiscutivelmente um dos principais componentes das representações sociais da figura de Vargas e do ideário trabalhista por ele fundado. Contudo, o nacionalismo brizolista não começa nem termina aí. No contexto de formulação do novo trabalhismo, encampado pelo discurso brizolista, uma nova gramática foi construída para que também o nacionalismo pudesse ser reatualizado e incorporado como uma das suas idéias força. A encampação de um programa voltado para o fomento da indústria nacional não seria suficientemente distintiva, posto que essa foi a parcela do legado varguista que teve continuidade ao longo dos anos de autoritarismo, ainda que de forma desfigurada. A retomada das bandeiras das reformas de base seria perturbadora, num contexto em que havia tantos traumas a ser superados e feridas por cicatrizar. Além disso, seria insuficiente, dado que os problemas estruturais brasileiros se haviam complexificado e uma nova ordem estava em vigência. Desse modo, embora o discurso nacionalista encampado por brizolistas não tenha abdicado totalmente de bandeiras pretéritas, remetendo-se a elas como memória de um passado glorioso, suas estratégias discursivas foram redefinidas, através do uso de recursos formais propícios a desencadear empatia junto aos setores populares.

A expressão socialismo moreno foi cunhada por Darcy Ribeiro, antigo trabalhista ligado a Jango e candidato a vice-governador na chapa de Brizola, em 1982. Designava, quando da disputa eleitoral daquele ano, o ideário socialista daquele grupo ainda em processo de organização partidária, em torno da liderança de Brizola. Posicionava-se, desse modo, no campo político da esquerda democrática, não revolucionária, sintonizada com as tendências social-democratas, então em alta. O moreno conferia uma cor local à ideologia socialista. Denotava a importância de não se adotar o socialismo como uma doutrina exógena, importada. Expressava a proposta de se formular um modelo socialista compatível com as realidades cultural, histórica e social brasileiras². O aspecto simbólico mais significativo do socialismo moreno, contudo, está na alusão étnica. Abordava positivamente a miscigenação que caracteriza o processo de formação étnica no Brasil, entendido como o cenário para o surgimento de uma nova raça. Para um novo homem, o moreno, forjado nos trópicos, uma nova sociedade, pautada pela equidade, estaria em

² Para uma discussão sobre o socialismo moreno, ver Sento-Sé (2002).

gestação. O discurso trabalhista encampava, assim, um modo de ser socialista no Brasil, valorizando positivamente uma de suas marcas distintivas e freqüentemente mal vista, a miscigenação entre as raças. Segundo Soares e Silva, à luz dos resultados do pleito de 1982, o mote funcionou eleitoralmente. A cor pode ser encarada como variável relevante para as escolhas feitas pelos eleitores naquela ocasião. O desempenho eleitoral de Brizola foi especialmente bom exatamente nas áreas do Grande Rio, onde era maior a concentração de pretos e pardos (Soares; Silva; 1985).

A despeito do sucesso, traduzido, inclusive, em votos, a expressão socialismo moreno foi abandonada nos anos posteriores, ao contrário, por exemplo, da alusão aos documentos fundadores, que foi uma constante. Contudo, vários outros mecanismos foram acionados. O PDT do Rio de Janeiro, o novo trabalhismo e as políticas brizolistas articularam, constantemente, um discurso que buscava explicitar sua vinculação às causas dos negros, dos favelados, dos habitantes das periferias, das nações indígenas, das mulheres pobres, às causas, enfim, das massas desorganizadas e excluídas da sociedade formal. Iniciativas de governo, bem ou mal sucedidas, reiteraram esse vínculo e sua implementação foi sempre cercada de imagens que o reforçassem.

Do ponto de vista simbólico, foi através desse vínculo e de seu caráter incorporador que o nacionalismo brizolista encontrou maior poder de difusão. Os temas que marcaram o nacionalismo no Brasil das décadas de 1950 e de 1960 também estiveram presentes, ao longo de todos os anos de 1980 e 1990, sobretudo a partir da adoção das políticas de privatização de empresas estatais, que começaram a ser planejadas no curto governo Collor, passaram a se efetivar no governo Itamar Franco e tiveram seu ápice durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso.

No entanto, o traço distintivo do nacionalismo brizolista, em comparação ao período pré 1964, está na abordagem dada às questões referentes aos excluídos e a sua elevação à qualidade de personificação do homem brasileiro. Não se tratou somente de se formular um discurso dirigido às massas pauperizadas e miseráveis. Tampouco de, quando governo, promover iniciativas assistenciais. Máximas, como o socialismo moreno, fundaram práticas discursivas que erigiram uma estética nacional, em que o herói é negro ou mulato, pobre, morador das favelas e periferias das grandes cidades. Em uma palavra, o herói nacional, do ponto de vista brizolista, é banguela.

Em uma peça de propaganda eleitoral de 1989, pode-se ler literalmente: “um comício de Brizola é a maior concentração de banguelas por metro quadrado no Brasil”. O tom triunfante da sentença não deixa dúvidas. O banguela é o herói do discurso brizolista. É curioso observar que

os dentes, em diversas culturas, são símbolos de potência. Ao inverter o estatuto de abandono e indignidade daqueles que são desprovidos dos dentes, o discurso brizolista faz do banguela o protagonista de seu novo projeto político, expressão do sublime, que pauta sua estética³.

Como simples exercício de comparação, cabe lembrar que os dentes (e sua ausência) também foram utilizados, anos após, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, ainda em seu primeiro governo. À ocasião, o presidente da República saudou o crescimento do consumo de dentaduras como um atestado dos ganhos sociais de sua política econômica. Seguindo a linha de livre comparação, poderia ser dito que à dentadura, recurso *fake* daqueles que se vêm despojados de sua potência pela decrepitude ou miséria, saudada por Fernando Henrique Cardoso, o discurso brizolista contrapõe a indignidade do banguela, apresentada como marca, como sinal das condições de vida da maioria dos brasileiros. Lançada a público sem dissimulações, a imagem do homem e da mulher, banguelas, atravessa o discurso brizolista de forma positiva, como representação daqueles a quem se deve conferir prioridade e a quem pertence de fato o espaço público. O modo como essa espécie de invasão simbólica se deu no campo da política formal também acabou por alimentar a constelação de imagens que se formaram em torno da ação política e discursiva brizolista, dotando-a de uma estética singular. Por essa nova estética do feio, o miserável não se esconde, nem tampouco é apresentado como uma vítima desamparada. Com sua boca arreganhada, deserta de dentes, ele invade despidamente a coleção de imagens nacionais, revelando de forma sarcástica e desafiadora a condição da maioria de homens e mulheres brasileiros.

Tanto o socialismo moreno como o herói banguela estetizam o ideário identificado como tipicamente brizolista. Há em comum entre eles um indisfarçável tom de galhofa. No primeiro caso, a galhofa se dirige às aparentemente intermináveis discussões sobre os caminhos a serem trilhados pela sociedade brasileira rumo à construção de uma ordem socialista. Seu abandono posterior ao pleito de 1982 talvez tenha se dado em função da má recepção que teve entre alguns dos antigos trabalhistas, provavelmente contrariados com abordagem tão desrespeitosa, em sua opinião, para uma tradição tão honorável como o trabalhismo. No caso do banguela, alçado à posição de herói nacional, as imagens cercadas de nobreza e assepsia que marcam comumente os discursos nacionalistas foram postas de pernas para o ar. Veiculada positivamente, a imagem feia e indigente viabilizou um processo de identificação surpreendente, recolocando o sublime, em lugar do belo, como princípio dominante da elaboração estética.

3 Uma análise mais detida da estética do feio e do herói banguela pode ser encontrada em Sento-Sé (1999).

A galhofa, entendida como recurso discursivo dotado de eficácia simbólica, não parou por aí. Ela também esteve presente na abordagem do discurso brizolista acerca dos procedimentos e liturgias da democracia formal.

A carnavalização da política

Os anos de 1980 entraram para a história econômica brasileira como a década perdida. Na política, esse período foi consumido pelos esforços dedicados à consolidação das bases institucionais de um novo regime democrático. A valorização da democracia formal foi um dos poucos pontos em que se chegou a algo próximo a um consenso. A necessidade de reafirmá-lo repetidamente foi parte do doloroso acerto de contas que a sociedade civil brasileira e parte de sua elite política fizeram com seu passado recente. Foi em função desse espírito que o ensaio de Carlos Nelson Coutinho, *A Democracia como Valor Universal*, circulou tão amplamente⁴. Também o discurso brizolista foi cioso em reiterar sua adesão a essa máxima. A importância das instituições representativas, o respeito à legalidade e aos procedimentos foram repetidamente afirmados, como que para afastar os fantasmas dos reclamos inflamados pelas reformas de base na lei ou na marra. No entanto, também nesse aspecto, o discurso brizolista inseriu mecanismos de diferenciação que acabaram por sigularizá-lo. De novo, a eleição de 1982 oferece farto material para análise.

O desempenho de Brizola e de seu novo partido trabalhista no Rio de Janeiro foi um capítulo à parte das eleições estaduais de 1982. A perda da legenda do PTB representou um golpe duro para os brizolistas. Muitos ex-trabalhistas que não tinham um vínculo estreito com Brizola ou mesmo com Jango optaram pela sigla em detrimento do líder, ficando, dessa forma, no PTB de Ivete Vargas. Houve, portanto, uma sangria de correligionários potenciais, sobretudo no antigo estado do Rio de Janeiro, quando da fundação do novo partido trabalhista. O PDT saiu para a disputa eleitoral bem mais frágil do que supunham os trabalhistas fiéis a Brizola, quando iniciaram as articulações para a criação de um novo partido trabalhista, ainda antes da anistia. Além disso, as exigências de desempenho, impostas pela nova legislação eleitoral, para que os partidos que disputavam o pleito pudessem adquirir seu registro definitivo, deixavam os partidos recém criados sem a estrutura dos dois herdeiros do período do bipartidarismo, sob risco de não sobreviverem à disputa. Finalmente, as pesquisas de sondagem, feitas meses antes do pleito, apontavam um índice de intenções de voto em Brizola bastante baixo.

⁴ Coutinho, (1984)

Todas essas circunstâncias pareciam sugerir um desfecho melancólico para o novo partido trabalhista e para sua liderança máxima. Ao fim do processo eleitoral, porém, Brizola era o único candidato eleito para o executivo de um estado que não pertencia ao PMDB ou ao PDS, os dois partidos que haviam herdado as máquinas do MDB e da ARENA. Essa vitória teve um efeito significativo nas políticas carioca, fluminense e nacional. Brizola ficou marcado no imaginário político como uma liderança com vocação para ser sufragada a despeito de todas as adversidades, prescindindo, inclusive, de uma máquina partidária estruturada.

O desempenho de Brizola naquela campanha foi extraordinário. Suas participações em debates promovidos por redes de rádio e de televisão eram sempre motivo de polêmica e revelavam um orador ágil, crítico e criativo. A capacidade de aproveitar os espaços abertos nos meios de comunicação eletrônica, bem como sua adaptação à linguagem desses veículos, foram surpreendentes e decisivas para sua vitória. Contudo, a forma como o partido enfrentou suas próprias dificuldades também foi importante. Havia da parte do eleitorado um desejo, patenteado pelas pesquisas de opinião pública, de renovação dos quadros políticos. Esse é, por sinal, um sentimento recorrentemente expresso pela população, decorrente da percepção negativa que costuma ter da classe política em geral. Aliada à carência de quadros disponíveis, essa expectativa de renovação da classe política encontrou eco na estratégia eleitoral adotada pelo PDT do Rio de Janeiro. Foram recrutadas, para disputar cargos legislativos, figuras de grande apelo popular, que nada tinham a ver com a política partidária. Nomes como Agnaldo Timóteo, Carlos Imperial e o cacique Juruna encabeçavam uma listagem bastante heterodoxa. A total falta de traquejo de personagens como esses para o discurso político eleitoral era compensada pelo carisma e pela facilidade com que, em função de suas trajetórias e habilidades, se comunicavam com as massas. O que se presenciou, então, foi uma verdadeira carnavalização da política eleitoral, com personagens a um só tempo carismáticos, comunicativos e totalmente avessos aos procedimentos convencionais dos políticos profissionais.

Impecável performance pessoal do líder, personagens histriônicos na linha de frente da campanha, motes espirituosos e com duplo sentido (como aquele em que se advogava “Brizola na cabeça”) foram os ingredientes que marcaram o retorno do trabalhismo ao jogo eleitoral. À medida que a disputa se desenrolou, ela foi transformada pelos pedetistas em uma verdadeira festa popular. A mais famosa praça do centro do Rio de Janeiro, a Cinelândia, foi tomada por militantes brizolistas, passando a ser conhecida como Brizolândia. Quem não fosse brizolista deveria tomar cuidado em declarar suas preferências naquela área tradicional da cidade do Rio de Janeiro. Discussões acirradas tornavam-se confli-

tos violentos, que passaram a fazer parte da crônica política carioca. A Brizolândia se tornou um movimento popular precariamente organizado, mas dotado de uma espantosa capacidade de recrutamento, em tempos eleitorais, durante os dez anos subseqüentes.

A vitória surpreendente de Brizola, com uma votação extraordinária na região metropolitana do Rio de Janeiro, deixou mais uma marca do que passaria a ser encarado como tipicamente brizolista. Um estilo singular em lidar com as práticas e liturgias próprias à política formal. O líder era maior do que o partido, a paixão e a criatividade populares eram mais eficazes do que a organização burocrática. Ali, naquela eleição, estava definida a abordagem que o discurso brizolista daria à política formal que, em consonância com as demais forças políticas então organizadas, tanto afirmava respeitar.

Pela galhofa, o discurso brizolista fez do riso um dos seus recursos retóricos mais importantes. Ora, o riso, como é sabido, possui um forte componente subversivo. Ele perturba a ordem socialmente consagrada, revelando sua fragilidade e seu caráter seletivo. Denuncia o quanto há de arbitrário nos procedimentos socialmente regulados, evidenciando a domesticação dos hábitos implicada na imposição das regras de civilidade. A carnavalização da política eleitoral foi uma marca das performances brizolistas nos pleitos dos anos de 1980. Em 1986, por exemplo, as passeatas de apoio à candidatura de Darcy Ribeiro eram puxadas por trios elétricos enfeitados com as formas arquitetônicas dos CIEPs. Em 1989, Brizola declara sua adesão à candidatura de Lula, no segundo turno da eleição presidencial, alegando não ter outra escolha senão engolir o “sapo barbudo”. Máximas espirituosas, estratégias festivas, expressões irônicas – que logo eram incorporadas ao vocabulário público – deram o tom do discurso brizolista.

O riso, a galhofa e a festa foram elementos articulados pelo discurso brizolista e lhe conferiram uma marca, definiram um modo de abordagem da política. Tal articulação teve desdobramentos práticos e simbólicos também no que diz respeito ao funcionamento do aparato burocrático próprio da política de massas. Não é o caso de relembrar aqui as já clássicas relações estabelecidas entre o desenvolvimento da burocracia, a formação do Estado moderno e o surgimento da política de massas. Cabe, apenas, ressaltar que elas também foram subvertidas, pelo discurso brizolista, numa espécie de experimento contra a lei de ferro das oligarquias, formulada por Michels. O estilo pouco afeito às regras burocráticas de funcionamento marcou profundamente a cultura organizacional do PDT. Criado como partido moderno e popular, o PDT primou por sua desorganização interna e pelo orgulho de seus membros por essa marca. Do ponto de vista de não poucos quadros e militantes, o descaso (quando não o repúdio assumido como valor) com relação aos

procedimentos burocráticos conferia ao partido um padrão aberto e democrático de funcionamento, evitando a cristalização de um aparato potencialmente despótico e oligarquizante. Tal marca brizolista, pois assim ficou conhecida, não se limitou à esfera discursiva ou à dinâmica interna do partido. Ela foi transmitida para as práticas administrativas do Estado, quando Brizola foi governador. A impaciência para com os procedimentos burocráticos, a inapetência para o planejamento prévio das ações governamentais, uma certa desorganização administrativa, assumidas positivamente mesmo por quadros importantes e qualificados que ocuparam secretarias estaduais nos governos de Brizola, viraram uma das marcas do novo trabalhismo, “um modo brizolista de governar”.

É escusado dizer que tal postura foi catastrófica tanto para o partido quanto para o estado. A despeito de se ter fixado como um partido aberto e flexível do ponto de vista organizacional, o que lhe conferiu uma certa aura popular, o PDT acabou por se beneficiar pouco dos núcleos que se formaram no seu interior. Gradativamente, ele deixou de ser identificado como canal partidário para a organização e vocalização de demandas organizadas para se tornar, no caso da seção fluminense, um partido estritamente brizolista. Desse modo, a suposta superação da lei de Michels acabou por se revelar nada além do que uma miragem, dado que rigorosamente nada no partido era aprovado sem o aval do líder. A par disso, no que diz respeito à administração pedetista e, mais especificamente, brizolista, a desorganização tendeu a se revelar o flanco mais vulnerável para as críticas dos que lhe faziam oposição, apontada como causa de todos os males que, ao longo de dois governos, assolaram o estado. De todo modo, durante pouco mais de uma década, o modelo organizacional e o modo brizolista de governar estiveram a serviço do reforço da aura popular e iconoclasta de que se alimentou o discurso brizolista no Rio de Janeiro.

O ocaso brizolista

Desde 1994, quando Brizola teve um desempenho pífio na eleição presidencial, a mística brizolista entrou em uma aparentemente irreversível rota de decadência. Nesse sentido, não apenas o discurso brizolista perdeu boa parte de seu vigor como também a própria figura de Brizola passou a não mobilizar tanto aqueles que o rejeitaram, o que equivale a dizer que o brizolismo, como fenômeno político, deixou, pouco a pouco, de ser central nos debates públicos cariocas. É importante se ter em mente que, em diversos momentos de sua longa carreira política, Brizola foi declarado politicamente liquidado para, posteriormente, reaparecer com vigor no centro da arena pública. Contudo, passada a última década do século XX, a despeito de Brizola permanecer atuante e se empe-

nhar em articulações políticas, tanto de âmbito local quanto nacional, há alguns indícios de que o brizolismo se torna história.

O indício mais eloqüente do ocaso brizolista é a perda da força eleitoral. Sem entrar nas discussões dos alegados traços autoritários, personalistas e caudilhescos do líder gaúcho, é indiscutível que a aura formada em torno de sua *persona* pública foi constituída e alimentada por uma invejável capacidade de ser sufragado. Em se tratando de pleitos proporcionais, Brizola permanece como um dos maiores recordistas de votos para o Congresso Nacional, marca alcançada quando de sua candidatura a deputado federal pelo extinto estado da Guanabara, em 1962. Após a reabertura, seus desempenhos como candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro, em 1982 e 1990, foram extraordinários. Foi surpreendente em 1982, por vencer uma eleição dada por perdida e sem contar com estrutura partidária que o apoiasse. Em 1990, Brizola foi novamente eleito, dessa vez com uma vantagem esmagadora sobre os demais candidatos. Em 1989, Brizola foi responsável por impressionante transferência de votos, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, para Luiz Inácio da Silva, candidato que passou a apoiar após o fracasso na tentativa de ficar entre os dois mais votados na primeira rodada eleitoral.

Essa trajetória, no entanto, foi marcada por derrotas não menos expressivas. O fracasso em fazer seu sucessor, em 1986, quando também estavam na mesa algumas das peças da futura disputa pela presidência da República, foi apenas o primeiro do período pós-anistia. A perda para Luiz Inácio da Silva, por diferença mínima, do direito de ir ao segundo turno das eleições presidenciais de 1989 pode ser vista, hoje, como prenúncio do fracasso inapelável de seu mais ambicioso projeto político. Isso tudo, sem contar as derrotas anteriores ao período aqui estudado, como na disputa por sua sucessão, em 1962, ao governo do Rio Grande do Sul e, a mais dura de todas, a representada pelo golpe militar, que abortou sua virtual candidatura à presidência, em 1965, e o condenou a quinze anos de exílio forçado. Em cada um desses momentos, Brizola foi declarado politicamente morto; e aquilo que ele representava, inexoravelmente sepultado junto com ele. No entanto, cada uma dessas situações difere daquela que se configura a partir da candidatura fracassada de 1994. Desde então, outras derrotas se sucederam e, ainda que ele persista em atuar politicamente, seu apelo eleitoral parece irreversivelmente comprometido.

Embora o brizolismo não deva ser entendido apenas como fenômeno eleitoral, é inegável que muito de sua força foi extraída da enorme capacidade de transformar em votos a adesão a valores e a imagens que representou. Desse modo, é evidente que o declínio do cacife eleitoral de Brizola, observado a partir da segunda metade da década de 1990, contribuiu para que os debates em torno do brizolismo se tenham

arrefecido. O declínio não é somente causa, mas também uma das conseqüências da saída do brizolismo do centro do cenário. Sendo assim, é necessário identificar o que mais levou o brizolismo para um papel quase irrelevante da política carioca atual. A melhor forma de fazê-lo é recorrendo, mais uma vez, aos próprios elementos simbólicos, destacados anteriormente, que formataram o discurso brizolista.

Por um lado, é importante observar que houve uma certa diluição de vários dos conteúdos simbólicos mobilizados pelo discurso brizolista. Alguns foram esmaecidos pelos caminhos trilhados pelas políticas carioca, nacional e internacional. Outros foram incorporados à agenda de partidos e correntes diversas. A introdução do problema das minorias na agenda política nacional foi obra do discurso brizolista, logo nos primeiros momentos do pós-anistia. Também o foi a redefinição dos debates sobre direitos humanos. A ação despótica do Estado, denunciada ao longo de boa parte da década de 1970, em função da violência contra os presos políticos, foi redefinida, do ponto de vista político-partidário, pelo discurso brizolista a partir das denúncias do caráter discricionário da ação policial nas favelas e periferias do Rio de Janeiro e na adoção, ainda que de forma atabalhoada, de políticas de segurança alternativas às que tradicionalmente eram adotadas em todo o estado do Rio de Janeiro. É salutar que outras correntes e partidos tenham encampado tais bandeiras e elas tenham deixado de ser exclusividade do discurso que a lançou no debate político. Do ponto de vista da competição política, contudo, tal adesão acabou por representar uma perda para o discurso brizolista, que deixou de se diferenciar como única corrente a encampá-las.

Por outro lado, o nacionalismo e o trabalhismo perderam parte significativa de seu poder de mobilização. No primeiro caso, circunstâncias nacionais e internacionais foram decisivas. A crise que atravessou a economia brasileira ao longo da década de 1980 criou um descrédito radical quanto à eficácia e à pertinência de mecanismos de proteção à economia nacional. Lentamente, formou-se um quase consenso quanto à falência do Estado como órgão regulador e planejador da economia, ou mesmo como instrumento de correção das desigualdades geradas pelo mercado. No plano internacional, a crise do Estado de Bem-Estar Social, a derrocada dos partidos social-democratas europeus e a conseqüente ascensão das concepções liberais de inspiração hayeckiana criaram a impressão de que uma nova era, pós-estatista, se firmara e, mais uma vez, o Brasil precisava recuperar o tempo perdido em sua interminável luta para alcançar a modernidade.

Como no Brasil, a partir do fim dos anos de 1950, o nacionalismo foi gradativamente cada vez mais confundido com o desenvolvimentismo patrocinado pelo Estado, a crise desse último funcionou como sinal de

exaustão inexorável do primeiro. Do ponto de vista dos discursos políticos dominantes, isso significou, entre outras coisas, rejeitar o nacionalismo como uma forma ultrapassada e provinciana de pensar a política. Significou, também, encarar o Estado nacional como uma sucata gigantesca, destinada ao ferro velho da história. Os avanços observados na formação dos blocos econômicos regionais reforçaram tal percepção. Finalmente, no plano cultural, a emergência de novos padrões identitários, surgidos dos movimentos sociais da segunda metade dos anos de 1960, tornou mais veementes as denúncias sobre o suposto caráter totalitário e mistificador da noção de identidade nacional. Globalização, neoliberalismo e uma série de expressões precedidas do prefixo pós adentraram o vocabulário intelectual e político, conferindo um sabor de passado a tudo que houvera antes. Desse modo, a percepção de que o discurso brizolista não passava de manifestação anacrônica e residual de um passado a ser superado acabou reforçada pela depreciação de uma de suas marcas mais salientes: o nacionalismo.

Algo próximo ocorreu com o legado trabalhista. Nem poderia ser diferente, posto que trabalhismo e nacionalismo estiveram lado a lado na política brasileira. É corrente a avaliação segundo a qual a tradição trabalhista brasileira está superada. Identificado com a figura de Brizola e de seu grupo, o trabalhismo efetivamente passa por uma crise que talvez não seja reversível. As mesmas razões que levaram ao declínio do nacionalismo no Brasil valem para que se entenda a derrocada do trabalhismo. Algumas outras, contudo, devem ser adicionadas. Depois de uma reentrada promissora no cenário político nacional, quando se mostrou suficientemente criativo para se adaptar aos novos tempos, o discurso trabalhista não se renovou. Sua capacidade de reatualização parece ter expirado durante os anos de 1980. Como muitos dos componentes discursivos do novo trabalhismo foram incorporados a outros discursos, os marcos diferenciadores acabaram por minguar, restringindo-se praticamente a sua filiação ao passado. O discurso incorporador dos trabalhistas, do antigo e do novo, ficou seriamente comprometido quando o caticismo liberal passou a pautar os debates políticos e econômicos. Além disso, o novo trabalhismo jamais conseguiu consolidar um partido com fôlego nacional. O PDT, com a marca brizolista, acabou por se restringir ao Rio de Janeiro e ao Rio Grande do Sul. É evidente que, ao longo de duas décadas, o partido recrutou quadros, ganhou eleições e conquistou número expressivo de cadeiras no Congresso e nas casas legislativas, em vários estados. Porém, mesmo nesses momentos, houve uma espécie de diferenciação entre o PDT brizolista e o PDT não alinhado, ou refratário aos desígnios propriamente brizolistas.

O fracasso da estratégia de chegar ao governo federal provavelmente concorreu para que Brizola se obstinasse no controle do partido

em nível nacional. Desse modo, embora as direções regionais tivessem relativa autonomia para imprimir sua própria lógica no âmbito dos estados, a direção nacional do PDT esteve sempre controlada a mão de ferro por um círculo razoavelmente restrito, próximo ao líder máximo. Isso acabou por contribuir para que importantes lideranças nacionais fossem, pouco a pouco, desertando do partido e buscando alternativas para sua própria sobrevivência política. No âmbito dos estados em que a ascendência de Brizola se consolidou (Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), tais dissensos foram ainda mais acentuados e lesivos ao crescimento do PDT.

Finalmente, o trabalhismo não produziu, ao longo dessas duas décadas, novas lideranças. Mesmo nos estados que estiveram sob a ascendência do discurso brizolista, a renovação de lideranças não foi observada. Pelo contrário, os poucos que tentaram se firmar como líderes dotados de luz própria foram sumariamente expurgados do partido, invariavelmente em circunstâncias conflituosas e polêmicas. Os triunfos acumulados por Brizola acabaram por contribuir para o ocaso do legado que alegava defender. É muito provável que parte do vigor alcançado pela tradição trabalhista tenha se alimentado dos conflitos internos entre lideranças de peso. Ficaram na história as tensões e disputas entre Vargas e Pasqualini, Pasqualini e Jango, Jango e Brizola, todos esses e a direção partidária de São Paulo. Dissensos ocorreram, dentre os quais o de Fernando Ferrari foi dos mais traumáticos, no período pré-golpe. Eles não comprometeram, no entanto, a implantação de certos padrões de renovação de lideranças e de divisão de tarefas entre líderes⁵. No trabalhismo brizolista pós-anistia, tais conflitos acabaram por propiciar seguidas sangrias de quadros e encolhimento do partido como um todo.

Seria precipitado, mesmo à luz do desgaste sofrido, setenciar o fim do trabalhismo no Brasil. O discurso brizolista foi sua atualização nos anos de 1980 e 1990, porém, a deteriorização do poder persuasivo do discurso brizolista, que concorre para o possível fim do brizolismo como fenômeno político relevante, não equivale ao fim inexorável da tradição trabalhista. É possível que ela conheça reatualizações, ainda que essas o afastem inexoravelmente dos símbolos a que esteve associada. O Estado nacional continua sendo uma instância de decisão relevante na política mundial, a despeito dos diagnósticos mais apocalípticos acerca da mundialização. Os níveis de exclusão social no Brasil continuam elevados. A idéia de pertencimento nacional passa por um agudo processo de redefinição, o que não corresponde a sua superação como princípio articulador de identidades coletivas. Há, enfim, uma série de questões historicamente associadas à tradição trabalhista que permanecem a es-

5 Sobre os conflitos que marcaram o trabalhismo, ver Benevides (1989) e Bodea (1992).

pera de abordagens consistentes. Além disso, cabe lembrar que a crescente rejeição ao discurso brizolista não correspondeu necessariamente à recusa aos temas por ele encampados. Dissensos ocorreram também pela abordagem, pela forma, ou mesmo pela figura que deu o nome ao campo de embate. Todavia, não é de surpreender que muitos dos que hoje recusam seu voto a Brizola reconheçam nele grandeza política. Constatar o fim do brizolismo e a exaustão do discurso brizolista, tal como esse último foi aqui definido, não equivale, portanto, a considerar superados os temas ali mobilizados.

Valores, idéias, representações, narrativas, práticas e imagens sociais não retiram sua força apenas do consenso que porventura possam provocar, mas, sobretudo, do seu poder mobilizador, derivado do caráter problemático que carregam consigo. Ante a declaração peremptória, e provavelmente precipitada, da superação do nacionalismo e do trabalhismo, talvez seja preferível a prudência aristotélica; e que se aguarde, pacientemente, que novos experimentos sejam tentados.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo, CEDEC/Brasiliense, 1989.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 1992.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. Rio de Janeiro, Salamandra editorial, 1984.
- SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo. Estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999.
- _____. *As várias Cores do Socialismo Moreno*. Mimeo., 2002.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon e SILVA, Nelson do Valle. "O charme discreto do socialismo moreno". Em: *Revista Dados*, Rio de Janeiro, Vol.28, n.2, 1985.